U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA

Participação em ações coletivas: da ação à inação

Micaela Raquel Gonçalves Maia

M

2026

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS: DA AÇÃO À INAÇÃO

Micaela Raquel Gonçalves Maia

Outubro 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Marta Pinto*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de inteligência artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se ChatGPT, Claude e NotebookLM para pesquisa de literatura, apoio na síntese e revisão escrita e avaliação crítica do conteúdo. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Agradecimentos

À minha família, que tornou possível esta jornada. Obrigada pelo carinho e pelo amor que me permitiram voar, com a confiança de saber que tenho quem me ampare as quedas.

Às amigas com quem partilhei este caminho. Obrigada pela alegria, pela motivação e pelo apoio nos momentos difíceis que fizeram com que não me sentisse sozinha. Obrigada por crescerem comigo.

A todas as pessoas com quem me cruzei neste percurso, pela troca de ideias e experiências que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

À minha orientadora Professora Doutora Marta Pinto. Obrigada por me guiar, por clarificar as minhas dúvidas e inquietações, e pela liberdade e a exigência necessárias para desenvolver esta dissertação. Reservo-lhe a mais sincera admiração, por ser uma fonte de conhecimento e reflexões que me permitiram crescer academicamente, mas também pessoalmente.

A todas as pessoas que despenderam tempo e disponibilidade para participar neste estudo e que tornaram este trabalho possível.

A todas pessoas que fizeram parte deste capítulo tão bonito da minha vida.

Obrigada.

Resumo

A participação cívica e política desempenha um papel central na manutenção das democracias. Através da análise do envolvimento em ações coletivas relacionadas com a questão da habitação, esta investigação pretende explorar os fatores individuais e sociais que motivam ou desmotivam este envolvimento, contemplando a participação como um processo dinâmico que assume diferentes formatos, inclusive a não participação.

Recorreu-se a uma metodologia qualitativa e de inspiração etnográfica que cruzou a observação direta e participante, 12 entrevistas semiestruturadas e uma análise da saliência mediática. A Análise Temática Reflexiva permitiu obter três temas centrais que abordam os processos psicossociais que sustentam os perfis participativos; a perceção dos participantes sobre as estruturas de participação; e a influência do contexto social e dos media na decisão de participar. Complementarmente, a análise da saliência mediática permitiu perceber como os meios de comunicação podem moldar a narrativa social sobre as manifestações pela habitação em Portugal.

Os resultados evidenciam os fatores psicossociais e barreiras organizacionais e condicionantes estruturais presentes nos processos de participação e como a sua interação singular resulta em várias formas de participação, do ativismo efetivo à não participação, que podem variar ao longo da vida. Este estudo contribui para uma compreensão mais complexa da participação e sublinha a importância de adaptar as estratégias de comunicação aos processos emocionais presentes na mobilização, melhorar os processos organizacionais para reforçar a pertença e implementar políticas públicas que promovam o envolvimento cívico através da educação e de espaços onde os cidadãos tenham um papel ativo na sua comunidade.

Palavras-chave: participação política; não participação; ações coletivas; movimentos sociais; neoliberalismo

Abstract

Civic and political participation plays a central role in sustaining democracies. By analyzing engagement in collective actions related to housing issues, this research examines the individual and social factors that motivate or discourage such involvement, viewing participation as a dynamic process that takes various forms—including non-participation.

The study employed a qualitative, ethnographically inspired approach that combined direct and participant observation, 12 semi-structured interviews, and an analysis of media salience. Reflexive Thematic Analysis identified three core themes: the psychosocial processes underpinning participatory profiles; participants' perceptions of participatory structures; and the influence of social context and media on the decision to participate. Additionally, the media salience analysis revealed how media outlets shape the social narrative surrounding housing protests in Portugal.

The findings highlight the psychosocial factors, organizational barriers, and structural constraints involved in participatory processes, showing how their unique interaction results in diverse forms of participation—ranging from activism to non-participation—that can shift over the course of a person's life. This study contributes to a more nuanced understanding of participation and underscores the importance of tailoring communication strategies to the emotional dynamics of mobilization, improving organizational processes to foster a sense of belonging, and implementing public policies that promote civic engagement by creating spaces where citizens play an active role in their communities.

Keywords: political participation; non-participation; collective action; social movements; neoliberalism

Índice

Introdução **1**
O processo da participação em ações coletivas 1
A participação não ocorre num "vácuo social" 4
Recorte da participação cívica e política em Portugal 6
Crise na habitação como analisador 7
Método **7**
Objetivos e Questões de Investigação 7
Desenho da investigação 7
Métodos e procedimentos de recolha de informação 9
Participantes 11
Métodos de análise de dados 12
Apresentação e discussão dos resultados **12**
O Mosaico da Participação: pertença, afetos e crenças no perfil participativo 13
Anatomia da organização coletiva: adesão, relevância e crítica às estruturas de participação 17
Entre a comunidade e o ecrã: a decisão de participar dentro do contexto social 19
Análise da Saliência Mediática 22
Limitações e implicações futuras **23**
Conclusão **24**
Referências **26**
Anexos **35**
Anexo A: Guião para Entrevistas semiestruturadas de pessoas sem participação ativa 35
Anexo B: Guião para Entrevistas semiestruturadas de organizador de movimento social 37
Anexo C: Guião para Entrevistas semiestruturadas do informante privilegiado 39
Anexo D: Guião de entrevistas semiestruturadas dos membros de associações de moradores/inquilinos 41
Anexo E: Guião de observação direta e participante 42
Anexo F: Declaração de Consentimento Informado 43
Tabela 1. *Descrição das pessoas entrevistadas* 45
Tabela 2. *Temas e subtemas da análise temática* 47
Tabela 3. *Indicadores de saliência mediática por manifestação* 48

Introdução

O processo da participação em ações coletivas

As sociedades contemporâneas passam por diversos desafios como a ascensão da extrema-direita, o agravamento das desigualdades sociais, crise da habitação e emergência climática (Lawrence et al., 2024). A participação cívica e política em ações coletivas é essencial para a manutenção dos sistemas democráticos (Lynggaard & Boje, 2026), sendo o aprofundamento da democracia participativa previsto no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa (1976/2005). As ações coletivas podem ser definidas como um conjunto de atos através dos quais um grupo procura alcançar objetivos comuns, seguindo determinados valores (Wright et al., 1990) que incluem a solidariedade para com outros grupos (Becker, 2012). Ekman & Amnå (2012) distinguem várias formas de participação - a participação política pode assumir contornos formais através de processos institucionais (e.g., voto, filiação partidária), mas estar associada ao "ativismo extraparlamentar", dividido em ações legais (e.g. boicote, petições, movimentos sociais, manifestações) e ilegais (e.g., desobediência civil, confrontos violentos). Dentro destas ações, destacam-se os movimentos sociais, constituídos em torno de um objetivo, identificação de um adversário comum e potencial ameaça ao poder e transformação social. Além de serem instrumentos de canalização da indignação e reivindicação pública, podem funcionar como mecanismo de monitorização e escrutínio dos governos, instituições e políticas públicas (Santos, s.d.). Por sua vez, a participação cívica engloba o envolvimento social, referente à atenção e interesse pela política e pela sociedade, e o envolvimento cívico, que engloba ações concretas (e.g. doações, discussões políticas, voluntariado).

Diferentes abordagens teóricas tendem a apresentar a participação como produto da interação entre vários fatores macrossociais, contextuais, relacionais e individuais. Norris (2002) propõe um modelo de ativismo político assente em três níveis: macro, relativo à estrutura do Estado e à modernização social (e.g. sistema partidário); meso, que inclui as agências de mobilização (e.g. sindicatos, partidos, movimentos, media); e micro, composto pelos recursos e motivações individuais. Por seu lado, Ribeiro e colaboradores (2016) sistematizam os fatores que influenciam a participação cívica e política em três grupos: macrossociais (e.g. contexto sócio-histórico, cultural, político), proximais (e.g. família, escola, instituições) e psicológicos (e.g. aspetos cognitivos, comportamentais, identitários, motivacionais).

No plano individual, Menezes e colaboradores (2012) sintetizam outras variáveis que podem influenciar a participação cívica. Nomeadamente, a idade influencia o desenvolvimento político

e aumento de oportunidades para a participação ao longo da vida. Relativamente ao género, as diferenças têm diminuído, tendendo as mulheres a envolver-se mais em formas de participação na esfera privada associadas diretamente à vida em comunidade. Contudo, a desigualdade quanto ao tempo livre, associada à sobrecarga de trabalho formal e doméstico, pode condicionar a participação. Adicionalmente, a escolarização e o capital cultural familiar são fatores importantes. Também o estatuto de minoria ou migrante pode comportar desvantagens pessoais (e.g., conhecimento e interesse político, ideologia) e extra-pessoais (e.g., cultura democrática do país de origem, domínio da língua do país de acolhimento) (Menezes et al., 2012).

De forma a integrar estes fatores, investigadores agruparam os preditores da participação cívico-política: fatores pessoais (e.g., género, idade, nível educação); emoções (e.g., confiança, emoções face a assuntos sociais); motivações e objetivos (e.g., interesse, motivações); poder e influência percebida (e.g., competências, eficácia da participação); construção (social) da participação (e.g. conhecimentos, conceção de cidadania); identidades sociais e sentido de pertença (e.g., sentido de comunidade, discriminação percebida); barreiras (e.g., barreiras à participação, normas sociais da família, pares e contexto) (Barrett, 2012; Cicognani & Zani, 2014; Menezes et al., 2012).

Adicionalmente, algumas teorias debruçam-se sobre o processo da decisão de participar. A Teoria da Mobilização de Recursos (McCarthy & Zald, 1977) enfatiza a importância de fatores estruturais, tais como a disponibilidade de recursos e a posição individual em redes pessoais. A participação, mesmo sendo influenciável por vários fatores, motivações e barreiras, é conceptualizada como o resultado de processos racionais de decisão e da ponderação de custos e benefícios, restituindo a própria agência do indivíduo nesta decisão (Klandermans, 1984). Paralelamente, outras teorias focam-se na perceção de eficácia dos participantes, na identidade coletiva ou nos sentimentos de privação relativa (Van Stekelenburg & Klandermans, 2013). Por sua vez, as emoções também ganham destaque como aceleradoras e amplificadoras dos motivos mobilizadores (Van Stekelenburg & Klandermans, 2010), reconhecendo a sua importância como impulsionadoras das ações coletivas (Jasper, 2011).

Assim, a participação revela-se cada vez mais diversa, com várias formas de participação (Menezes et al., 2012). Apesar de a literatura científica a este respeito ser vasta, o mesmo não se verifica relativamente ao não envolvimento, que tende a ser secundarizado dentro dos processos de participação e reduzido ao seu oposto, dificultando a compreensão das suas particularidades (Fiedler et al., 2022; Klandermans & Van Stekelenburg, 2014). A inação foi, portanto, um dos fenómenos que impulsionou esta investigação.

A revisão sistemática de Syarif (2026) concluiu que o baixo ou ausente envolvimento em ações coletivas pode representar passividade, mas também uma escolha consciente influenciada por vários fatores, tratando-se de um fenómeno com nuances e dinâmicas particulares. A exploração desta tomada de decisão revela várias barreiras e fatores individuais, relacionais e contextuais, bem como capacidades reflexivas e entendimento dos processos cívicos dos cidadãos, que de outro modo seriam negligenciados (Fiedler et al., 2022; MacKenzie & Moore, 2020). Ademais, Oegema & Klandermans (1994) propõem que a não participação pode assumir duas formas: a "Não Conversão", quando há falha por parte de uma campanha ou organização em transformar simpatizantes em participantes; e a "Erosão", que acontece quando pessoas que apoiavam a causa, perderam a simpatia e a preparação para a ação. Complementarmente, o modelo de Ekman & Amnå (2012) apresenta várias formas de participação, incluindo duas formas de não participação: uma passiva, que se traduz em desinteresse, indiferença e passividade; e uma ativa, que inclui comportamentos como evitar notícias, recusar falar de política e rejeição do sistema político. A abstenção eleitoral, por exemplo, pode ser um comportamento comum a ambas as formas de não participação, mas pode ter processos subjacentes distintos - passividade ou evitamento.

Entre a participação e a não participação são identificados alguns antecedentes comuns, como a perceção de eficácia, a motivação, a influência dos pares e identificação grupal (Bell et al., 2023; Feldman, 2021; Pickering, 2022; Stuart et al., 2018; Syarif, 2026). Além destes, Pickering (2022) destaca a consciência da existência de determinado tema ou "agenda" como um elemento fundamental. Também algumas formas de ação, ao entrarem em conflito com as crenças pessoais, podem favorecer a inação (Shuman et al., 2021). Além disso, o surgimento de ações alternativas mais focadas nos processos internos do grupo (e.g. defender os mais afetados, comunicar o que está a acontecer) pode aumentar a solidariedade dentro do próprio grupo, contudo, não visam diretamente a mudança da situação social, podendo impactar a mobilização para ações coletivas orientadas para esse objetivo de transformação social (Stroebe et al., 2019). Adicionalmente, a esperança é um fator motivador para a participação em ações coletivas (Jasper, 2011), contudo, enquanto a esperança ativa se refere a aspirações de melhorias que são acompanhadas de esforços para alcançar esse objetivo, a esperança passiva corresponde a expectativas de melhores condições sem esforços para os obter (Terpe, 2016), podendo, esta última, constituir uma barreira à mobilização.

Assim, a não participação não é apenas a antítese de participação, mas parte integrante dos seus processos (Fiedler et al., 2022; Klandermans, 1984). Tal é consistente com o Modelo de Trajetórias de Participação de Corrigall-Brown (2012) que contempla fatores individuais,

envolvimento inicial, mecanismos intermediários e quatro trajetórias resultantes: a persistência, caracterizada pela permanência na organização inicial e envolvimento em protestos ao longo da vida; a transferência, onde há a transição da organização ou movimento inicial, mas a participação política continua a existir; a suspensão individual, onde ocorre um afastamento temporário de movimentos e atividades de protesto, mas a participação é retornada mais tarde na vida; e o desengajamento, correspondente à desvinculação permanente com o movimento e com a participação em ações coletivas.

A participação não ocorre num "vácuo social"

A participação é influenciada pelo grau de abertura, oportunidades de ação e pela facilidade de organização coletiva, sendo estas afetadas pelos valores democráticos vigentes (Menezes et al., 2012). Ademais, o contexto macrossocial também envolve diversos processos e transformações que impactam onde as ações coletivas emergem ou desaparecem.

Neste sentido, de la Sablonnière (2017) propõe que as comunidades podem encontrar-se em quatro estados sociais: estabilidade, mudança social incremental, mudança social dramática e inércia coletiva. Estes dependem dos recursos coletivos (e.g. capital político, social e económico) e de quatro características da mudança social: ritmo do evento desencadeador, rutura de estruturas sociais, rutura de estruturas normativas e ameaça existencial à identidade coletiva. Nesta investigação, o conceito de inércia coletiva é fundamental, pois descreve um estado social paralisante, consequente de um evento que destruiu as estruturas e a identidade coletiva, deixando um vazio de compromisso, valores e objetivos sociais. A aparente aceitação do *status quo*, esconde uma carência de direção e agência, em que os membros dificilmente reúnem condições para agir no sentido de redefinir a identidade do grupo. Deste modo, a inação e o silêncio podem ocultar a confusão, desespero, ansiedade ou um trauma coletivo (de la Sablonnière & Taylor, 2020; de la Sablonnière, 2017).

Diversas análises sociológicas sobre as transformações sociais contemporâneas dialogam com esta visão de inércia coletiva. Bauman (2001) descreve a modernidade líquida com estruturas sociais fluidas, laços afetivos precários e relações de trabalho descartáveis que desintegram as agências de ação coletiva. Surge uma nova forma de poder que tem como principais ferramentas o desengajamento e a arte da fuga, que rejeitam o confinamento a relações, estruturas, territórios e responsabilidades. Estas novas estruturas afastam o poder do cidadão e torna-o invisível e imprevisível, condições que perpetuam a dominação dos indivíduos. Jäger (2026) acrescenta o conceito de hiperpolítica, nova forma política difusa e volátil, com sucessivos ciclos breves de indignação e agitação intensa, mas compromissos

efémeros e fáceis de assumir e abandonar. Dois processos estão na base destes estados e tornam as pessoas mais solitárias, agitadas, raivosas e desorientadas (Jäger, 2026). Primeiramente, a aceleração social, ou seja, o ritmo rápido das transformações nas estruturas, relações e identidades coletivas, dificulta o estabelecimento e manutenção de compromissos e vínculos (Rosa, 2003). Por outro lado, a atomização social associada ao individualismo e enfraquecimento das relações sociais, juntamente com as sucessivas crises económicas, provoca desespero e desconfiança no sistema democrático, dificultando a organização coletiva (Castro, 2018; Arendt, 1989). Estes processos acompanham o enraizamento do neoliberalismo, que não só precarizou as relações laborais, mas também promoveu o individualismo, a autossuficiência e a concorrência, tornando a desigualdade e a rivalidade estruturais (Bauman, 2001; Castro, 2018; Gontijo & Bicalho, 2020). Perderam-se garantias relacionais, institucionais e informacionais e consolidou-se a normalidade do desemprego, da escassez, da flexibilização e da precariedade, produzindo a sensação de insegurança, medo e incertezas no âmago das sociedades e das relações (Gontijo & Bicalho, 2020).

Vários mecanismos de poder e controlo social operam no quotidiano para manter as transformações sociais até aqui descritas, através das normas emocionais e culturais que condicionam a ação coletiva (Brulle & Norgaard, 2019; Norgaard, 2006, 2011). Por exemplo, Norgaard (2011) analisa como as pessoas, apesar de informadas sobre as alterações climáticas, se distanciam da informação angustiante, no intuito de preservar a sua identidade e sensação de normalidade. As próprias emoções sofrem influência de normas que determinam o que é esperado sentir. Quando associadas às alterações climáticas, a culpa, medo ou insegurança eram, além de experiências emocionais negativas, condicionadas por normas dominantes que incentivavam a manutenção do otimismo ou o evitamento do tema (Norgaard, 2006a, 2006b, 2011). Ademais, tal como outras crises, as alterações climáticas podem constituir um potencial trauma coletivo, processo social que rompe com a base cultural de uma ordem social (eg. rotinas individuais, comportamentos institucionais, crenças) e gera incerteza, ansiedade, insegurança e desconfiança. As reações a potenciais traumas coletivos podem ser influenciadas pela socialização (Sztompka, 2004; Brulle & Norgaard, 2019).

Adicionalmente, a escolha individual sobre o que ignorar é construída a partir de normas culturais e convenções de atenção e comunicação. Importa perceber como estes processos são organizados socialmente de forma a desmotivar a participação em ações coletivas. Neste sentido, os *media* podem funcionar como ferramentas de controlo social, ao condicionarem os temas a que o público presta atenção (Zerubavel, 2006). A economia da atenção (Simon, 1971) procura explicar como a abundância de informação consome a atenção humana, assim, com as

novas redes sociais, a relação entre a atenção pública e as ações coletivas tornou-se mais complexa (Tufekci, 2013). Pessoas que interagem com conteúdos digitais de movimentos sociais têm maior probabilidade de apoiá-los, com participação direta ou doações, contudo, a fadiga mental gerada pelo excesso de informação também pode diminuir o apoio, *online* e *offline* (Hans et al., 2024). Além disso, também o próprio poder de imaginação coletiva é impactado pelos mecanismos de controlo, pelo que futuros imaginados ancoram-se em narrativas selecionadas do passado (Hawlina et al. 2020), sendo estas moldadas pela cultura dominante.

Conclui-se, então, que os movimentos sociais e os seus potenciais participantes atuam dentro de um sistema democrático estruturalmente limitado, em que liberdades formais coexistem com desigualdades reais de acesso ao poder mediático e político (Castro, 2018).

Recorte da participação cívica e política em Portugal

De 173 países, Portugal aparece em 55º lugar num ranking de participação que engloba o livre espaço para a atuação da sociedade civil, o envolvimento cívico com associações políticas, não políticas e sindicatos, e a presença nas urnas. De modo geral, Portugal regista resultados abaixo da média na sociedade civil e no envolvimento cívico, mas acima da média na participação eleitoral (International IDEA, 2025).

Relativamente à mobilização social, vários autores defendem que, neste campo, Portugal tem uma sociedade civil fraca, apesar de momentos históricos como os movimentos antiausteridade (Baumgarten, 2013). Além disso, movimentos sociais são descritos como dependentes dos partidos políticos e de recursos institucionais para transformar as suas reivindicações em políticas concretas. Em suma, a manifestação da insatisfação é feita sobretudo nos atos eleitorais e menos através de mobilizações cívicas espontâneas (Baumgarten, 2013; David, 2018; Sousa & Morais, 2021). Em contrapartida, vários estudos sobre a participação da juventude revelam que esta se afastou de maneiras mais institucionais, mas aumentou a participação política não eleitoral online (Fernandes-Jesus et al., 2014; Costa et al., 2022).

Esta temática é abordada em Portugal a partir da participação, sendo relevante analisar a participação e a não participação, ou seja, entender o que leva pessoas a participar em ações coletivas e, pelo contrário, a não procurarem estas organizações como forma de reivindicação mesmo quando simpatizam com determinada questão social ou sentem as suas consequências.

Crise na habitação como analisador

De modo a explorar o fenómeno da participação cívica e política optou-se por selecionar uma questão social que servisse como lente de análise. Segundo o Eurobarómetro de 2024, os portugueses selecionaram a habitação como o 3º problema mais importante do país, ficando atrás apenas do custo de vida e da saúde (Representação em Portugal, 2024). Entre 2015 e 2023, o aumento do preço das casas em Portugal foi de 108%, enquanto a média na UE é de 48%. O acesso à habitação está cada vez mais elitizado, o que impacta várias gerações e estratos sociais, bem como a qualidade de vida (Parlamento Europeu, 2024). Ademais, ao entrevistar pessoas que foram retiradas de casas alugadas no Porto, Silva e colaboradores (2025) verificaram impactos como o choque emocional, a quebra da segurança do lar e a alienação residencial.

Método

Objetivos e Questões de Investigação

Este estudo pretende colmatar as fragilidades da literatura, que conceptualiza a participação de forma dicotómica e categorial, focando-se maioritariamente na participação e secundarizando a não participação. Assim, procura-se enriquecer a literatura quanto à participação cívico-política em Portugal, dando particular atenção à não participação e explorar os diversos posicionamentos no continuum da participação. Desta forma, o objetivo geral desta investigação é compreender os processos que motivam ou desmotivam as diferentes formas de participação em ações coletivas relacionadas com a questão da habitação em Portugal, sendo as questões de investigação as seguintes:

(1) Que motivos e barreiras são identificados para a não participação em ações coletivas relacionadas com a habitação?

(2) Que motivos são identificados para a participação em ações coletivas relacionadas com a habitação?

(3) De que forma o contexto sociopolítico pode influenciar a decisão de participar?

Desenho da investigação

Este estudo é de natureza exploratória e recorreu a metodologias de investigação qualitativa e de inspiração etnográfica. A abordagem qualitativa permite capturar a profundidade e a complexidade do objeto através das experiências e perspetivas dos participantes (Tong et al. 2007). Complementarmente, a etnografia permite a imersão do investigador nos contextos naturais onde os fenómenos em estudo ocorrem. A impossibilidade

da imersão etnográfica prolongada levou a incorporar apenas algumas das suas características: a diversidade de métodos de recolha de dados e fontes de informação, a observação em contextos do quotidiano e a reflexividade durante a recolha e tratamento das informações (Hammersley & Atkinson, 2019; Iphofen, 2021). O caráter dinâmico, espontâneo e instável das ações coletivas fez com que a etnografia móvel (Novoa, 2015) orientasse a atuação em alguns contextos pelo seu foco em fenómenos móveis e observações participantes que acompanham as pessoas nos seus percursos. Assim, além da frequência em eventos públicos que decorreram em vários locais da cidade, houve aproximação a um movimento social ligado à habitação com atuação no Porto, o que permitiu explorar mais contextos de encontro entre potenciais participantes e organizadores.

O desenho desta investigação enquadra-se no modelo interativo de Maxwell (2008), segundo o qual todos os componentes da investigação interagem entre si, através de uma articulação dinâmica e reflexiva que vai adaptando o estudo aos seus participantes e contextos, uma abordagem particularmente adequada à flexibilidade da metodologia de inspiração etnográfica adotada. O contacto com o terreno permitiu o enriquecimento do enquadramento conceptual e reconfigurou os objetivos e as questões de investigação. Aliás, a estrutura flexível permitiu identificar, a partir de uma entrevista a uma organizadora de um movimento social, a pertinência de realizar uma análise da saliência mediática, reforçando o caráter interativo do estudo.

Neste sentido, este estudo assenta numa abordagem em bricolage caracterizada pela utilização de múltiplos métodos e perspetivas teóricas numa montagem reflexiva para analisar a complexidade de um objeto (Denzin et al., 2024; Kincheloe, 2001). Complementarmente, recorreu-se à triangulação (Denzin, 2009) através do uso de vários métodos de recolha de informação e da procura intencional de fontes distintas. Os dados recolhidos foram discutidos em reuniões de orientação e com pares, contribuindo para sua validação e aprofundamento.

De forma a orientar e avaliar a qualidade da redação da investigação recorreu-se a duas checklists. A Scale for the Assessment of Narrative Review Articles (SANRA) proposta por Baethge e colaboradores (2019) que contém 6 itens, para a revisão narrativa da literatura, e a Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research (COREQ) proposta por Tong e colaboradores (2007) que contém 32 itens, para a componente empírica qualitativa.

Métodos e procedimentos de recolha de informação

Os métodos de recolha de dados utilizados foram a observação direta e participante, entrevistas semiestruturadas e análise da saliência mediática. Foram selecionados movimentos sociais e associações que têm ou tiveram alguma intervenção na temática da habitação.

A observação direta e participante foi realizada em vários momentos, nomeadamente durante manifestações (pela habitação e contra o pacote laboral), locais públicos e atividades de divulgação porta a porta de um movimento social, com o objetivo de captar a adesão, as reações e os comentários de integrantes das ações coletivas. As observações foram orientadas por um guião (Anexo E) e registadas num diário de campo. Contudo, a participação cívica é algo presente no quotidiano, assim sendo, observações espontâneas em transportes públicos ou conversas informais presentes na vida da investigadora também compõem o diário de campo. Apesar da habitação ser a principal questão social abordada, também se incluíram ações coletivas contra o pacote laboral, convocadas por movimentos sociais e/ou sindicatos, dada a sua relevância social no momento das observações que ocorreram entre dezembro de 2025 e julho de 2026.

A espontaneidade e brevidade de muitas interações nem sempre permitiu solicitar o consentimento informado, quando exequível, optou-se pelo assentimento oral, por ser mais natural e alinhado com a inspiração etnográfica do estudo (Iphofen, 2021). Ainda assim, em vários momentos, nomeadamente durante o acompanhamento do movimento social, a solicitação do assentimento oral poderia gerar reações negativas, alterar o comportamento dos envolvidos e prejudicar a ação acompanhada. Neste sentido, e em conformidade com o método de inspiração etnográfica adotado, a recolha de dados sem consentimento prévio implicou uma responsabilidade acrescida na proteção do anonimato, da privacidade e da confidencialidade dos envolvidos, assumindo-se, assim, o cuidado para não registar informações que permitissem identificar a pessoa e o local da observação (Hammersley & Atkinson, 2019; Iphofen, 2021).

As entrevistas semiestruturadas complementam a compreensão sobre os processos de participação através das perspetivas dos participantes. Estas foram conduzidas com pessoas simpatizantes da causa, mas sem participação ativa, ou seja, que atualmente não têm qualquer vínculo a movimentos sociais, nem o hábito de participar em manifestações ou outras ações coletivas. Entrevistou-se também organizadores de movimentos sociais, sendo fundamental para a compreensão do processo de "ativação política", no qual um simpatizante torna-se participante (Pickering, 2022) e para conhecer as estratégias de apelo à mobilização utilizadas pelas organizações. Apesar de o foco inicial incidir sobre a participação em movimentos sociais, o processo de recolha de dados revelou pertinente incluir a perceção de membros de associações

de moradores e de inquilinos, bem como de um informante privilegiado da área social que trabalha com pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional. Este ajuste é coerente com a reflexividade e a flexibilidade do modelo interativo de Maxwell (2008) e dos métodos qualitativos utilizados, permitindo enriquecer a investigação com perspetivas sobre a vida comunitária e outras formas de participação cívica.

Para as entrevistas, a estratégia de amostragem foi sobretudo não probabilística, por conveniência e por "bola de neve", a partir do contacto direto com pessoas enquadráveis nos perfis descritos. Os primeiros contactos foram feitos a organizadores de movimentos sociais já conhecidos da investigadora. Posteriormente, o estudo foi divulgado nas redes sociais pessoais da investigadora de forma a que pessoas se voluntariassem ou referenciassem alguém que se enquadrasse na descrição.

A divulgação do estudo diferiu consoante o público-alvo. Aos organizadores, o seu estatuto de participantes em ações coletivas foi explícito, dada a informação prévia sobre o seu envolvimento com movimentos sociais. Já na divulgação mais abrangente, evitou-se deliberadamente a dicotomia entre participante e não participante, de modo a não reduzir a experiência dos potenciais participantes a categorias rígidas e avaliativas. Esta opção é coerente com o enquadramento teórico da investigação, que entende a não participação como um processo complexo, influenciado por múltiplos fatores e não um mero posicionamento estático (Fiedler et al., 2022; Klandermans, 1984). Procurou-se, assim, formular o anúncio de forma neutra, evitando juízos de valor que pudessem constranger a adesão de pessoas com diferentes graus e formas de envolvimento em ações coletivas e prevenindo possíveis danos aos participantes. Esta partilha diferenciada de informação sobre o estudo enquadra-se na metodologia de inspiração etnográfica adotada, reconhecendo-se que uma explicação exaustiva dos objetivos poderia gerar reatividade e alterar o comportamento natural dos participantes. Reforça-se, assim, a responsabilidade da investigadora em antecipar e minimizar danos resultantes da participação no estudo (Hammersley & Atkinson, 2019; Iphofen, 2021). A divulgação começou no final de junho de 2026 e as entrevistas foram realizadas entre 02 de julho e 05 de agosto de 2026. As entrevistas aos membros das associações e ao profissional da área social foram presenciais nas respetivas sedes e locais de trabalho e as restantes ocorreram online a partir da plataforma Google Meet e a duração média foi de 1h.

Durante o processo de recolha de entrevistas, o tema do mediatismo foi abordado numa entrevista a uma organizadora de um movimento social, o que evidenciou a necessidade de realizar uma análise complementar da saliência mediática, de modo a compreender como os meios de comunicação noticiam as manifestações pela habitação que ocorreram em Portugal

nos últimos anos. Esta análise inspirou-se na teoria da agenda-setting de McCombs & Shaw (1972), segundo a qual os meios de comunicação de massa possuem o poder de determinar os temas de maior relevância para o público. Assim, para analisar a cobertura das manifestações pelo direito à habitação em Portugal entre 2023 e 2026, recorreu-se a indicadores de saliência mediática: o número de notícias no Google Notícias correspondentes a "manifestação habitação" entre um intervalo de pesquisa de um dia antes e depois de cada manifestação; e a análise de dois jornais televisivos emitidos nos respetivos dias das manifestações - o Telejornal da RTP (Rádio e Televisão de Portugal) e Jornal Nacional da TVI (Televisão Independente) - com atenção ao tempo de antena e ao encadeamento das notícias, importantes para a construção da narrativa mediática. As manifestações analisadas ocorreram a 1 de abril de 2023, 30 de setembro de 2023, 27 de janeiro de 2024, 28 de setembro de 2024, 28 e 29 de junho de 2025 e 21 de março de 2026.

A Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto emitiu um parecer favorável a esta investigação (Ref.ª 2026-02-14b). Em coerência com o modelo interativo de Maxwell (2008) e com a inspiração etnográfica (Hammersley & Atkinson, 2019; Iphofen, 2021), as preocupações éticas estiveram presentes ao longo da construção da investigação, num exercício reflexivo contínuo que atravessou desde a definição das questões de investigação até à devolução dos resultados aos participantes, através da disponibilização do produto final e de um resumo das principais conclusões.

Participantes

Realizaram-se 12 entrevistas a 13 participantes, sendo que num dos momentos estavam presentes dois elementos da mesma associação. Duas entrevistas - do informante privilegiado e de uma organizadora de um movimento social - foram divididas em dois momentos, por conveniência dos participantes. De forma geral, as idades da amostra variam entre 23 e 74 anos e seis são do género masculino e sete do feminino. As habilitações literárias não foram perguntadas aos membros das associações nem ao informante privilegiado pois o foco destas entrevistas era as suas respetivas perspetivas organizacionais e comunitárias e não as suas trajetórias individuais de participação. Não obstante, alguns destes participantes forneceram essa informação. Ver Tabela 1, em anexo, para uma descrição mais detalhada.

Das quatro pessoas sem participação ativa, uma esteve envolvida numa juventude partidária e conhece pelo menos um movimento social ligado à habitação. As restantes tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre movimentos sociais. Duas já tinham participado pontualmente em manifestações sobre outras questões e uma delas refere ainda a exposição de

opinião política nas redes sociais como parte do seu histórico de participação, uma prática que atualmente diminuiu.

A maioria das associações de moradores foram fundadas depois do 25 de abril de 1974 e desempenharam um papel importante na construção de habitação cooperativa ou a preços acessíveis e mantêm atividades culturais e/ou desportivas. Os movimentos sociais foram fundados mais recentemente, depois de 2020, sendo que os organizadores entrevistados estão envolvidos desde a respetiva fundação. As formas de divulgação das iniciativas realizadas são diversas, desde redes sociais, panfletos e contacto direto. As atividades organizadas estão ligadas a manifestações e ações de massa, ainda que dois dos movimentos apoiem também pessoas com problemas habitacionais e um destes dinamiza assembleias de moradores e um curso de português para imigrantes.

Métodos de análise de dados

Considerando a diversidade de perfis e perspetivas reunidas, a informação recolhida nas entrevistas e nas observações foi tratada manualmente segundo a Análise Temática Reflexiva (ATR) de Braun & Clarke (2006, 2022), um método de análise de dados qualitativos em que a reflexividade é um elemento central, composto por 6 fases: familiarização com os dados, codificação, geração de temas, desenvolvimento de temas, definição de temas e redação. Durante o processo, manteve-se uma postura reflexiva e analítica sobre os dados, seguindo uma orientação predominantemente dedutiva, guiada pelas questões de investigação, e com foco nos significados semânticos e latentes, procurando captar o que os participantes referiram diretamente e os seus significados subjacentes (Braun & Clarke, 2022).

A análise da saliência mediática complementa a análise temática e foi realizada através dos indicadores já mencionados, que permitiram identificar os principais padrões de visibilidade das manifestações. Foram ainda considerados alguns elementos do enquadramento e conteúdo mediático, cujo tratamento não foi sistemático e teve caráter meramente complementar.

Apresentação e discussão dos resultados

Esta secção apresenta e discute os resultados extraídos da ATR, que permitiu organizar mais de 150 códigos em três temas (Tabela 2) que capturaram os processos psicossociais que sustentam os perfis de participação, a perceção dos participantes sobre as estruturas de

participação e, por fim, a análise de como o contexto social e os media influenciam a decisão de participar. Indo ao encontro dos estudos de Norris (2002) e Ribeiro e colaboradores (2016). Adicionalmente, serão apresentados os principais padrões identificados na análise da saliência mediática (Tabela 3).

O Mosaico da Participação: pertença, afetos e crenças no perfil participativo

Nos dados recolhidos, os afetos e o sentimento de pertença emergem como fundamentais para a adesão inicial através da procura desse sentimento ao aderir a movimentos sociais ("uma questão de pertença (...) dá-te uma sensação de estares enquadrado nalguma coisa.", P2) e na manutenção do envolvimento através do apego afetivo construído com a organização, como ocorre nas associações de moradores ("é quase uma paixão", P11; "Isto está-nos no sangue (...) faz parte de nós", P12). Por contraste, a ausência destes espaços no quotidiano de quem não participa contribuem para o perfil adotado ("eu não tenho um envolvimento também no dia a dia (...) não participo nessas discussões", P7). Esta relação é coerente com a literatura (Barrett, 2012; Cicognani & Zani, 2014; Menezes et al., 2012) e estes espaços afetivos podem ainda provocar alterações psicológicas, como perceção de legitimidade da ação, radicalização, empoderamento e bem-estar (Vestergren et al., 2019), bem como reduzir sintomas depressivos e ansiosos (Boulos, 2016). Assim, as ações coletivas ganham um papel no processamento de emoções, ao transformarem a raiva individual em raiva coletiva, semelhante à efervescência coletiva conceptualizada por Durkheim (1912/1995), gerando sentimentos de união, eficácia coletiva e empoderamento (Pizarro et al., 2022).

Adicionalmente, a indisponibilidade emocional ou psicológica foi apontada como barreira à participação ("Porque às vezes tens tempo, tens forma de ir, tens tudo (...), mas não tens capacidade emocional", P3), sobretudo por quem trabalha com populações vulneráveis e retrata as suas crenças e discursos ("Eu estou cá para sobreviver. Eu estou cá para pagar as contas.", P5; "enfrentando os problemas quotidianos e não consegue (...) parar para pensar nisso", P7). Nesta população, as condições de vida precárias, o estigma social e os traumas consomem a energia psíquica na sobrevivência quotidiana (Pickering, 2022), um efeito agravado em períodos de crise, tal como mencionado pelo P10 e pela literatura (Fiedler et al., 2022; Hensby, 2020). É relevante refletir se a precariedade e a instabilidade, que afetam atualmente mais classes sociais, esgotam de forma semelhante a energia mental disponível para a participação. Posto isto, o medo de consequências pela adesão a ações coletivas emerge como barreira, seja pelo receio de ser visto pelo senhorio, comprometendo a estabilidade habitacional, ou pelo medo de perder o emprego, tal como apontado por um trabalhador da limpeza urbana

como motivo para não ter aderido à greve geral de 11/12/2025. O medo também aparece associado ao sentimento de insegurança relativos a manifestações ("medo de agressões verbais e físicas", P3).

Esta dimensão emocional ganha outro relevo se analisarmos as emoções provocadas pelas condições estruturais do sistema sociopolítico. O custo de vida e a precariedade laboral alimentam o desespero e a culpa individual de problemas coletivos (Gontijo & Bicalho, 2020), enquanto a promoção da solidão como autossuficiência produz um indivíduo sem espelho onde reconhecer as suas dores e, ao se subjugar a normas culturais (Norgaard, 2006a; Norgaard, 2006b; Norgaard, 2011), ignora e reprime as próprias emoções. Este processo é complexo, mas faz parte da experiência emocional da vida coletiva.

Ademais, a influência dos pares atravessa estes processos, sendo que todos os organizadores de movimentos sociais referem ter aderido com algum amigo, e para uma pessoa sem participação ativa conhecer alguém é "um porto seguro no meio de uma situação desconfortável" (P9). Assim, integrar redes de participantes aumenta a probabilidade de receber mensagens mobilizadoras e cria um sentimento de obrigação moral perante os pares, sendo um antecedente reconhecido na literatura (Klandermans & Oegema, 1987; Ribeiro et al., 2016). Contudo, a questão relacional foi abordada de forma diferente ("assumires ou não uma posição também tem influência a nível de relações (...) pode gerar uma série de conflitos na vida pessoal.", P3). Deste modo, a influência dos pares na participação não é linear, nem nos dados recolhidos, nem na literatura, pois a mesma pode funcionar como catalisador da mobilização e como mecanismo de inibição (Syarif, 2026). As expectativas grupais funcionam como uma profecia autorrealizável, sendo que prever a adesão dos pares motiva a ação, enquanto antecipar a passividade a desmotiva (Klandermans, 1984).

Este aspeto relacional insere-se num ambiente político hostil. Um não participante com histórico de participação ativa atribui o seu afastamento ao desencanto com a política, descrita como uma "política de claques" em que se defende um partido por lealdade e não por convicção ("estar a defender a A ou B (...) só porque sempre votei naquele partido", P8), o que se alinha com a polarização e a radicalização dos discursos como determinantes da não participação (Fiedler et al., 2022). Este ambiente alimenta o medo de categorização social ("se te virem em manifestações rapidamente és rotulado como radical.", P3) e de ser conotado com preconceitos associados às ações coletivas ("um medo ser conotado com estas questões das ocupações e (...) estes preconceitos", P2). A rejeição da rotulagem e o desejo de evitar ficar associado a determinados grupos, apesar de concordar com a necessidade de uma luta coletiva é algo coerente com o encontrado na literatura (Stuart et al., 2018). Este receio também surgiu numa

observação (02/06/2026) em que um senhor que simpatizava com a causa da habitação considerou que os movimentos "exageram" ao associarem-se a outras causas (e.g. defesa dos direitos da Palestina). Esta perceção sobre os movimentos como um conjunto ideologicamente homogéneo pode afastar simpatizantes que concordam com uma causa específica, mas não se identificam com o conjunto de posições associadas, o que é consistente com os desincentivos à participação descritos por Stuart e colaboradores (2018).

Assim, os processos identitários desempenham um papel complexo na mobilização. Segundo a Teoria da Identidade Social de Tajfel & Turner (1979), a prevalência da identidade social sobre a pessoal favorece a ação e o Modelo de Identidade Social da Ação Coletiva de van Zomeren e colaboradores (2008) acrescenta que a identidade só é mobilizadora quando é politizada através da perceção de injustiças partilhadas, da eficácia coletiva, da identificação de um adversário e da formulação de reivindicações comuns (van Stekelenburg & Klandermans, 2013; Syarif, 2026). Esta leitura ecoa na distinção marxista entre classe "em si" - trabalhadores numa situação social comum provocada pelo capitalismo, mas sem consciência e organização coletiva - e classe "para si" - construção de uma autoconsciência coletiva, defendendo os seus interesses de classe através da luta prática e afirmando-se como sujeito político (Marx, 1847/1946). Contudo, segundo P5 a vulnerabilidade estrutural e a baixa politização e escolarização condicionam a construção desta identidade e a organização coletiva ("Quanto mais escolarizada (...) menos tens a identidade esfarrapada. (...) É doloroso para a luta", P5).

Além destes processos, a crença de que determinada ação individual ou coletiva pode obter resultados significativos (Feldman, 2021; Pickering, 2022) também molda a participação. Nos dados recolhidos, a eficácia política é reforçada por experiências passadas positivas ("derrotar o pacote laboral (...) é um bom exemplo como efetivamente a pressão social e a luta organizada dá frutos." P1). Em sentido inverso, a crença de que "não vale a pena" desmotiva a participação ("acham que a participação e a organização coletiva dão zero.", P5). Assim, corroborando a literatura, a baixa eficácia política foi identificada como um elemento central para a não participação (Feldman, 2021; Fiedler et al., 2022; Pickering, 2022). A perceção do problema da habitação como individual pode ter um efeito semelhante ("na habitação reflete-se muito com 'este problema é meu, fui eu que falhei, sou eu que tenho que resolver sozinho'.", P4), discurso também observado espontaneamente em julho de 2026 e usado como justificação para não ir a manifestações.

Algo transversal a estes processos é a baixa escolarização e a falta de educação para a participação cívica, reduzindo os processos participativos aos atos eleitorais e impactando o senso de agência do indivíduo como cidadão ativo na sua comunidade ("os mais escolarizados,

(...) por ter mais conhecimento sobre as causas dos problemas e sobre as possíveis soluções.", P5; "a luta aproximou-se das pessoas em forma de petições (...) eleições", P4). As conceções de cidadania (Cicognani & Zani, 2014) moldam a participação e a perceção que o indivíduo tem dos próprios direitos ("a luta é a exigência, porque eu sei o que é cidadania, eu conheço os meus direitos", P5). Reflete-se também na incompreensão do caráter coletivo das ações, como ilustra uma observação realizada após a primeira greve geral, em que uma pessoa justificou a não adesão pela sua satisfação no trabalho, percecionando a pertinência da greve a partir da sua situação pessoal. Por outro lado, também pode traduzir-se na responsabilidade coletiva que sustenta a permanência nas organizações ("mas cansa-me mesmo (...) sinto que é uma responsabilidade minha.", P2; "a nossa motivação pessoal (...) garantirmos a continuidade da associação", P13).

A educação e as experiências passadas também podem fomentar a imaginação coletiva, um processo dependente dos futuros imaginados e do passado (Hawlina et al., 2020). Esta competência pode ser desenvolvida através do envolvimento com grupos que fomentam valores coletivos ("os escuteiros (...) de imaginar com outras pessoas, de organizar com outras pessoas, pensar com outras pessoas", P2). Além disso, a memória da privação económica também foi apontada com um fator mobilizador entre os membros de associações de moradores ("a gente viver muito mal que se lembra dos outros.", P6; "vi a miséria (...) e continuo a ver muito", P11), alinhando-se com Power (2020), que evidencia como a lembrança da privação pode impulsionar a mobilização.

Das pessoas que não participam ativamente, três encaixam-se na "Não Conversão", ou seja, simpatizando com a causa, mas não participando ativamente e um poderia encaixar-se na "Erosão", sendo o desencanto pela política e a falta de tempo os fatores que contribuíram para o seu afastamento (Oegema & Klandermans, 1994), contudo o mesmo não perdeu a simpatia pelas causas, mas sim pelas estruturas de participação. Além disso, três das quatro têm histórico de envolvimento em ações coletivas e admitem a possibilidade de terem um papel ativo no futuro, evidenciando a dificuldade em dicotomizar a participação. Assim, o Modelo de Trajetórias de Participação proposto por Corrigall-Brown (2012) e os tipos de participação descritos por Ekman & Amnå (2012) mostram ser pertinentes para entender os perfis de participação adotados. Por exemplo, foi possível identificar as duas formas de não participação apresentados por Ekman & Amnå (2012): a forma passiva - mencionada pelo informante privilegiado (P5) que aponta o desinteresse dos seus utentes - e a forma ativa - referida pelo mesmo sobre a generalização que os seus utentes fazem dos políticos e a descrença relativamente ao sistema político. Adicionalmente, o trabalho de Corrigall-Brown (2012)

aborda as variações que podem ocorrer destes processos ao longo da vida, algo também identificado nos participantes desta investigação.

Anatomia da organização coletiva: adesão, relevância e crítica às estruturas de participação

Tanto associações como movimentos sociais mencionam dificuldades na mobilização das pessoas. No caso das associações, a organização coletiva era mais fácil no passado, quando grande parte da socialização dos seus membros ocorria em torno destas, algo que já não acontece e que se reflete na "falta de juventude para dar seguimento ao processo" (P13). Já os organizadores de movimentos sociais referem a adesão a manifestações como fraca, apesar de algumas variações ao longo dos anos, sendo as duas manifestações de 2023 apontadas como tendo uma boa participação. Contudo, um participante considera que a adesão está a aumentar, sobretudo entre jovens e mulheres ("o interesse das pessoas se juntarem tem (…) aumentado.", P10).

Dos dois protestos contra o pacote laboral observados, um convocado por movimentos sociais e outro pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), a adesão ao primeiro foi menor do que o segundo, que reuniu pessoas de vários pontos do país. Nestes e na manifestação pela habitação de 21/03/2026, um detalhe visível foi a separação das pessoas por movimento social ou partido, o que coloca em causa quantas pessoas novas estariam a participar por concordância, sem estarem associadas a alguma organização ou se há apenas uma sobreposição de várias organizações.

Os dados recolhidos reconhecem a importância dos movimentos sociais que: agregam "pessoas que se calhar de outra forma não sairiam às ruas" (P1), mantêm a proximidade com as populações, constituem um contraponto ao poder político e fomentam a esperança. Este trabalho pela comunidade passa despercebido no quotidiano, contudo a sua ausência seria sentida ("Fazem muita falta, têm muita influência, mas tu só notas isso quando eles desaparecem.", P3). As associações, em particular, assumem funções habitualmente atribuídas ao Estado, ao dinamizar atividades culturais, fornecerem apoios relativos à habitação, alimentação, bem como proporcionam educação a quem não teve oportunidades no sistema formal ("eu estudei até onde pude (...) A associação foi a minha universidade.", P13). Também representam os seus membros junto dos órgãos do Estado. As ações de massa são igualmente valorizadas ("sair à rua (…) é a forma mais eficaz de os políticos efetivamente verem que é necessário mudar alguma coisa", P9), por reforçarem a validação, a pertença ("ao estar rodeado

de pessoas vemos que (...) não sou a única que está preocupada.", P3), a perceção de eficácia política e o capital social, além de exercerem pressão política.

No entanto, os dados recolhidos evidenciam fragilidades organizacionais e comunicacionais dos movimentos sociais. Relativamente à comunicação, sobressaiu uma dissonância entre o discurso teórico destes e as necessidades concretas das populações ("um debate (...) elitizado (...) em espaços que não são os espaços para essas pessoas", P7). A maioria das estratégias de divulgação, na rua ou nas redes sociais, assentam numa lógica informativa e racional através do uso de factos, que pode entrar em conflito com a dimensão afetiva da ação coletiva, na qual as emoções desempenham um papel central na decisão de participar (Jasper, 2011). É necessário refletir sobre como a dicotomia entre a razão e a emoção pode interferir na elaboração das estratégias de comunicação adotadas, visto que não é apenas o conhecimento sobre um problema que mobiliza as pessoas para a ação coletiva (Norgaard, 2011). Soma-se, ainda, a ausência de objetivos concretos e de continuidade após as manifestações ("muitas manifestações (…) não têm claras as suas reivindicações", P4). Ao nível organizacional, a reprodução de algumas opressões dentro das organizações ("se uma mulher vai encontrar os mesmos espaços de machismo, de excesso de trabalho…", P4) influencia a permanência de potenciais participantes, podendo retraí-los ou incentivar o seu abandono (MacKenzie & Moore, 2020). Também ao serem desconsideradas as barreiras materiais e financeiras pode ocorrer a reprodução das assimetrias externas, condicionando a sustentação do envolvimento (Pickering, 2022). Segundo o P5, só começaram a surgir movimentos sociais pela habitação quando a classe média começou a ser afetada, revelando a importância da informação, escolarização e recursos para a participação. Assim, se estas barreiras não forem consideradas pelas estruturas de participação, impossibilitarão o envolvimento de potenciais participantes. Foi ainda criticada a atuação "não honesta, não transparente" (P4) de alguns partidos de esquerda dentro dos movimentos sociais e, similarmente, foi apontado por um elemento de uma associação de moradores, como alguns movimentos podem recorrer a estas organizações, que têm um papel relevante na comunidade, para promover as próprias iniciativas, mas sem integrar as prioridades e perspetivas destas associações ("fizeram uma reunião, mas não foi aqui (...) O que é que eu ganhei no projeto?", P6). Posto isto, um participante aponta a semelhança entre movimentos sociais e a organização partidária como motivo para não se envolver com nenhum movimento e defende um trabalho complementar entre ambos.

Além disso, foi mencionado o "ativismo zapping" ("andar sempre a saltitar agora sou da habitação, agora sou do ambiente (...), mas é preciso compromisso.", P2). Este aspeto ecoa na natureza mais fluída e reativa dos movimentos sociais contemporâneos associados à

proliferação das redes sociais, que facilitam o envolvimento em ações de baixo esforço e personalizadas, sem necessidade de compromisso com uma organização ou ideologia (Bennett & Segerberg, 2012; Pickering, 2022). Este padrão aproxima-se dos *standby citizens* de Amnå & Ekman (2014), cidadãos que se mantêm informados e vigilantes, mas só ativam a sua participação esporadicamente, perante temas ou campanhas específicas. Além disso, esta dimensão dialoga com a volatilidade e os ciclos de indignação característicos da hiperpolítica (Jäger, 2026).

Adicionalmente, é pertinente refletir se as ferramentas tradicionais de reivindicação podem ser assimiladas pelo sistema, gerando uma habituação que pode alterar a forma como as ações são percecionadas. O uso continuado de marchas pacíficas tende a fomentar uma perceção de ineficácia nos cidadãos e nas elites, que tendem a ignorá-las sem alterar as políticas ou estruturas sociais (Fiedler et al., 2022; Shuman et al., 2021), num processo em que o sistema político institucionaliza e condiciona as ações coletivas através de procedimentos legais e formais (Pickering, 2022).

Paralelamente, o trabalho pela comunidade foi algo mencionado como importante, mas pouco executado por movimentos sociais. Numa observação (23/07/2026) foi referido como estes tendem a dirigir as suas reivindicações ao Estado sem considerarem as ferramentas da própria comunidade para construir soluções. As ações comunitárias fomentam o sentimento de pertença e de identidade coletiva, procurando restabelecer o que o neoliberalismo retira ao contrariar o isolamento, o individualismo e a fragmentação (Bauman, 2001; Castro, 2018; Gontijo & Bicalho, 2020) e tornando-se assim um ponto de resistência, contudo, devem ser orientadas pela responsabilidade e reciprocidade para com a comunidade.

Por fim, as críticas realizadas às instituições públicas centram-se na falta de representatividade e no afastamento das preocupações reais das populações, num sistema político considerado viciado, que só satisfaz as necessidades de alguns.

Entre a comunidade e o ecrã: a decisão de participar dentro do contexto social

O local de residência revela-se determinante para o perfil participativo. Participantes que não residem em grandes centros urbanos, mas que neles estudaram ou trabalharam, abordaram a diferença na atuação dos movimentos sociais e partidos em locais de menor dimensão (“sabem que não é muito fácil nem sequer tentam”, P8), o que evidencia como o envolvimento é condicionado pelas oportunidades existentes no contexto.

A literatura sublinha a importância da relação com a comunidade para a participação (Bell et al., 2023), seja através da identidade local, do sentimento de obrigação para com a

comunidade (Fiedler et al., 2022) ou da redução dos custos de participação (Pickering, 2022). Contudo, nos dados recolhidos esta relação é complexa, pois tanto participantes ativos como sem participação referem uma relação positiva com a comunidade. No entanto, esta foi apontada como mediada por um conjunto de privilégios e, por isso, não extensível à generalidade das pessoas. Aliás, entre os membros de associações de moradores foi unânime o enfraquecimento dos laços comunitários ("Não há vida comunitária", P11), um processo que uma participante situa a partir da pandemia ("Mudou depois do Covid, não sei o que é feito das pessoas (...) Eu ia para qualquer lado carregada de mulheres, hoje não.", P6). Esta dimensão aproxima-se da influência dos pares já abordada, contudo, permite analisar processos macrossociais, como a gentrificação e a instabilidade ("as pessoas estarem constantemente a ter que mudar de trabalho, a mudar de cidade (...) não facilita a sua participação nos movimentos sociais.", P1), que dialogam com a aceleração social de Rosa (2003).

A organização da vida quotidiana surge como uma das principais barreiras ao envolvimento. A falta de tempo, a sobrecarga de trabalho formal e doméstico ("A sobrecarga é com certeza um dos maiores problemas.", P4), este último apontado como impactando mais as mulheres, e as distrações da atualidade provocam alienação ("Porque você pode até dizer que não tem tempo, mas (...) ficou 40 minutos no Instagram," P7). Como refere Bauman (2001), a combinação da precariedade socioeconómica, do desmantelamento das redes de proteção social e da fragilidade das relações interpessoais esvazia o espaço público e destrói a confiança necessária para a organização coletiva. Assim, a precariedade, a instabilidade e o desenraizamento da comunidade retiram oportunidade, tempo e energia para o envolvimento em ações coletivas.

"A conjuntura é de fragmentação e individualismo total" (P4). O individualismo e consequentes sentimentos de culpa foram identificados como motivo para a não participação, sendo estes gerados pelo sistema político. Além de afetar a participação cívica, também levam o indivíduo a responsabilizar-se pelos problemas que enfrenta e a não considerar a ação coletiva uma alternativa ("política pública individualista e bastante neoliberal, de cada um por si, (...) também criam (...) essa culpa que depois impede a pessoa de lutar", P4). A fragmentação social está presente na falta de cooperação, de tolerância e diálogo que tem crescido, especialmente nas redes sociais, tal como mencionado pelo P8. As interligações destas dimensões aproximam-se da atomização social descrita por Arendt (1989) que despoja os indivíduos das estruturas sociais comuns, destrói a capacidade de ação política e que contribui para a desconfiança no sistema democrático e aumento de totalitarismos.

A vida comunitária e as ações coletivas são atualmente moldadas pelos *media* (e.g. notícias, redes sociais), que a maioria dos participantes consome diariamente. São reconhecidas potencialidades como: a facilidade no contacto entre pessoas; o acesso à informação e conhecimento, que permitiu a politização de quem não teve essa oportunidade noutros contextos; a criação de plataformas mais seguras de exposição da indignação ("consegues preservar ainda um bocadinho o anonimato", P3); e a influência do mediatismo na mobilização de pessoas, pois os eventos mediáticos colocam o tema na ordem do dia ("Depois da rua vem o artigo de opinião no jornal, vem o debate na rádio", P5). Estas potencialidades são coerentes com a literatura (Tufekci, 2013).

Todavia, os dados recolhidos apontam para alguns impactos negativos dos *media*: a disseminação de desinformação e discurso de ódio, o pouco espaço fornecido aos movimentos sociais ("a opinião contrária está tão vincada (...) não há espaço", P8) e a preferência do discurso liberal e individualista ("partilhado muito conteúdo que te faz acreditar que o problema de não teres uma habitação é culpa tua", P1), moldando assim a opinião pública. A exposição *online* requer menos esforço e menos compromisso, o que pode retirar espaço às formas presenciais de ações cívicas e criar a ilusão de que o ativismo se resume ao digital ("ilusão de que existe uma outra realidade (...) que a organização política se faz ali", P2), alinhando-se com a literatura sobre ativismo de sofá ou *slacktivism* (Tufekci, 2013). Paradoxalmente, segundo os participantes, a capacidade de comunicação das organizações diminuiu, pois há a ilusão de que se alcança mais pessoas ("a esquerda desligou-se de ferramentas históricas (...) porque de repente podes divulgar uma manifestação online", P4). Este paradoxo é coerente com a literatura (Tufekci, 2013). A retenção da atenção do público pelos movimentos sociais torna-se mais complexa com o avançar das tecnologias, sendo a economia da atenção identificada por Pickering (2022) como principal a dificuldade enfrentada pelos movimentos sociais. Quem detém o poder tem a possibilidade de redirecionar a atenção dos outros (Zerubavel, 2006) através do encobrimento de assuntos, mas também através do excesso de informação, característico da atualidade, que pode produzir uma sobrecarga informacional e levar a um evitamento de notícias, mas não ao evitamento de discussões interpessoais sobre o tópico (Metag & Gurr, 2023). O mesmo padrão surgiu nesta investigação, onde há a consciência que o consumo excessivo de notícias é prejudicial ("tenho tido essa higiene, tipo de desligar a televisão.", P2), mas a discussão interpessoal continua a ser percecionada como relevante para mudar mentalidades, mesmo entre pessoas sem participação ativa. O excesso de informação é ainda associado a um "vício da revolta" ("ficamos extremamente revoltados, fazemos um mega post, depois alguém vem comentar, depois discutimos (...) ilusão de que isso é fazer política e

de que é fazer ativismo", P2). Assim, o excesso de informação, atualmente, também pode ser uma forma de controlo social.

Nas manifestações observadas, uma reação frequente entre quem se cruzava com o evento era observá-lo atentamente ou registá-lo em vídeo. Esta atitude de espectador poderá ser reveladora de uma normalização e banalização destes eventos, mas também de como os cidadãos são, em geral, convidados a observar e não a interferir nas decisões que impactam a sua vida. Esta reflexão alinha-se com a inversão que Bauman (2001) faz do panóptico de Foucault. Já não é uma pessoa a vigiar muitos, mas um poder "sinótico" em que muitos observam poucos através do espetáculo mediático. Assim, sem fomento de participação ativa e com esta dinâmica de poder, a condição que muitas pessoas conhecem é como externos à própria comunidade e como espectadores do poder a atuar sobre as condições da sua vida.

Os laços comunitários e a organização de vida quotidiana são recursos fulcrais para a participação, que estão a ser impactados negativamente pelo individualismo, fragmentação social e pelos *media*.

Análise da Saliência Mediática

"O destaque que teve na própria comunicação social com horas e horas dedicadas ao tema da habitação foi uma coisa momentânea. Que aconteceu na primeira, segunda manifestação, naquelas que tiveram mais adesão, mas depois foi diminuindo" (P1). Esta perceção motivou a análise de como as manifestações pelo direito à habitação foram noticiadas.

A primeira manifestação teve o tempo de antena partilhado com a transmissão de confrontos entre manifestantes e a polícia em Lisboa, que abriram os jornais televisivos e tiveram transmissões em direto intervaladas com a reportagem das reivindicações. Também sete das 13 notícias *online* referem o acontecimento no título. Na segunda manifestação, a presença de deputados do Partido Chega causou tensão no início do evento e teve quase o mesmo tempo de antena do protesto, que já continha menções a vandalismo. Além disso, em quase todas as manifestações verifica-se um protagonismo dos partidos e do poder político, na figura do Primeiro-Ministro ou do Presidente da República. Em setembro de 2023, uma peça jornalística coloca em causa a autenticidade da adesão partidária aos movimentos sociais.

Esta cobertura ilustra a economia da atenção, pois o reduzido tempo de antena é dividido com partidos e com o poder político. Podendo também ocorrer a construção de uma narrativa que associe manifestações e confrontos, contribuindo para o sentimento de insegurança mencionado pelos participantes entrevistados. Tudo isto, poderá fazer com que o público não ouça a totalidade da mensagem e consuma uma imagem pré-fabricada do que são movimentos

sociais e ações coletivas. O diminuto capital comunicacional é uma das principais desvantagens que organizações antissistema enfrentam, pois mesmo quando têm visibilidade, há uma dificuldade em controlar a construção da própria imagem (Castro, 2018; Pickering, 2022; Tufekci, 2013).

Além disso, há uma escassez de propostas de solução. O problema é abordado, mas as propostas de soluções são institucionais, pouco voltadas para o papel que a comunidade e os cidadãos poderiam desempenhar. Assim, a dimensão da imaginação coletiva é relevante para refletir como os media atualmente focam-se apenas na magnitude do problema sem projetar alternativas de futuro, visto que os artefactos culturais (e.g. cinema, arte, videojogos) podem ter a função de controlo dos imaginários e estimular ou dissuadir a ação coletiva (Hawlina et al. 2020).

A forma como os *media* cobriram o tema transformou-se ao longo do tempo. A descrição da adesão contrasta "milhares" em 2023 com "centenas" em 2025 e há uma diminuição progressiva do espaço dedicado às manifestações. Em 2023 ocupava uma parte significativa do jornal televisivo e o tema era estendido pelas reportagens que abordavam o aprofundamento da crise da habitação. Já de 2024 a 2026 o tema tendeu a ser abordado de forma breve e no meio de outras notícias, possivelmente por uma normalização destes eventos e a concorrência com outros temas (e.g. guerras, saúde, migração). O mesmo declínio é visível *online* entre 2023 e 2025. Em 2026 observou-se um aumento significativo do número de notícias de jornais regionais e partidários, podendo não representar mais visibilidade. Esta banalização é consistente com Norgaard (2011) que conclui que quando o espaço mediático diminui, o tema passa a funcionar como "ruído de fundo". O público habituou-se à presença do problema sem agir sobre ele, gerando uma negação socialmente organizada que deteriora a capacidade de indignação e de mobilização.

Limitações e implicações futuras

A amostragem por bola de neve limitou a diversidade da amostra. A maioria dos participantes, incluindo todas as pessoas sem participação ativa, têm ensino superior, e todos eram simpatizantes da causa. Por isso, a não participação por passividade ou escassez absoluta de recursos só foi reportada indiretamente. Também foram detetadas semelhanças nas ideologias políticas e a possibilidade de a desejabilidade social interferir nas respostas. Considerada a pequena dimensão amostral e o foco em movimentos e associações ligados à

habitação, bem como a análise da saliência mediática restrita a dois meios de comunicação, tal poderá não refletir a heterogeneidade das formas de participação nem a totalidade da cobertura mediática. Além disso, a inclusão de dados relativos a ações coletivas contra o pacote laboral poderá ter contaminado os resultados que pretendiam ter a temática da habitação como principal foco.

Assim, para futuras investigações será pertinente a replicação do estudo com participantes de outros espectros ideológicos e com diferentes níveis de escolaridade, bem como abordar outras questões sociais (e.g. crise climática, movimentos feministas e LGBT+), explorando outras formas de participação e não participação. Será relevante o aprofundamento de aspetos específicos (e.g. emoção, imaginação coletiva), utilizar instrumentos que quantifiquem a adesão a ações coletivas e avaliar, de forma longitudinal, o impacto do trabalho comunitário na mobilização e os benefícios do envolvimento para a saúde mental dos participantes.

Esta investigação contribuiu com algumas implicações futuras para políticas públicas, como o fomento da participação cívica além dos atos eleitorais, implementando e aprofundando a democracia participativa previsto no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa (1976/2005), através da educação e de espaços que permitam o papel ativo dos cidadãos. Também contribui para a discussão sobre a atuação de movimentos sociais e outras organizações, salientando a necessidade de um maior investimento no trabalho comunitário e uma maior articulação da componente emocional e informacional durante as ações de divulgação. Uma das implicações fundamentais desta investigação é que a mesma provoque debates que vão além dos muros da academia e que aconteçam nos espaços destas organizações e perto das comunidades.

Conclusão

Esta investigação pretendeu colmatar as fragilidades da literatura e contribuir para uma maior compreensão da complexidade do processo de participação, concebendo-o como multifatorial, dinâmico e mutável, e, assim, como um *continuum* de posicionamentos e não como um estado estático. Dentro desta, a não participação é um posicionamento relevante para compreender o envolvimento cívico e político dos indivíduos, ao mesmo tempo que explica e é explicada por dinâmicas sociais, organizacionais e institucionais.

Assim, procurou-se analisar o indivíduo dentro dos próprios processos psicossociais, das estruturas de participação e de um sistema sociopolítico que condiciona as características individuais e organizacionais.

Através das respostas às duas primeiras questões de investigação, foi possível entender como os afetos, a pertença, a identidade, a eficácia política e as conceções de cidadania se cruzam e resultam em perfis de participação únicos. Dos dados também emergiu a importância do funcionamento das estruturas de participação para aproximar ou afastar potenciais participantes, complementando as respostas às duas primeiras questões de investigação. Através da resposta à terceira questão de investigação, processos como a atomização social e a economia da atenção, enquadrados no neoliberalismo, ganharam relevância para entender o contexto social onde os processos de participação se desenvolvem. Os *media* ganham um especial destaque pelo seu poder de influenciar a perceção sobre as ações coletivas.

Num olhar superficial, a decisão de participar aparenta estar dependente do fator "sorte". A sorte de nascer em determinada família, de ter acesso a educação cívica, de conhecer determinadas pessoas ou grupos e de a organização da vida quotidiana permitir o seu envolvimento. O presente estudo sugere que esta "sorte" corresponde às oportunidades e aos recursos necessários à participação em ações coletivas, que são distribuídos de forma desigual na sociedade. Assim, a promoção da participação deve ter em consideração todos os processos que compõem o envolvimento e atuar nestas condições e não apenas na motivação individual.

Referências

Amnå, E., & Ekman, J. (2014). Standby citizens: Diverse faces of political passivity. *European Political Science Review*, *6*(2), 261-281. https://doi.org/10.1017/S175577391300009X

Arendt, H. (1989). Uma sociedade sem classes. In *As origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 355-389.

Baethge, C., Goldbeck-Wood, S., & Mertens, S. (2019). SANRA—a scale for the quality assessment of narrative review articles. *Research integrity and peer review*, *4*(1), 5. https://doi.org/10.1186/s41073-019-0064-8

Barrett, M. D. (2012). *The PIDOP project: An overview.* School of Psychology, Faculty of Human Sciences, University of Surrey. https://openresearch.surrey.ac.uk/esploro/outputs/book/The-PIDOP-Project-An-overview/99514704902346

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida.* Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Baumgarten, B. (2013). Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, *61*(4), 457-473. https://doi.org/10.1177/0011392113479745

Becker, J. (2012). Virtual special issue on theory and research on collective action in the European Journal of Social Psychology. *European Journal of Social Psychology*, *42*, 19-23. https://doi.org/10.1002/ejsp.1839

Bell, S. E., Gerus, S., Mullins, D. R., & Hughes, M. (2023). Resistance, acceptance, and quiescence: The role of social networks in predicting responses to a new natural gas pipeline. *Environmental Justice*, *16*(1), 29–35. https://doi.org/10.1089/env.2021.0112

Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, *15*(5), 739–768. https://doi.org/10.1080/1369118x.2012.670661

Boulos, G. C. (2016). Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). https://doi.org/10.11606/D.5.2017.tde-06062017-084608

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology, 3*(2), 77-101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Braun, V., & Clarke, V. (2022). *Thematic Analysis: A Practical Guide*, edited by A. Maher.

Brulle, R. J., & Norgaard, K. M. (2019). Avoiding cultural trauma: Climate change and social inertia. Environmental Politics, 28(5), 886-908. https://doi.org/10.1080/09644016.2018.1562138

Castro, F. C. L. D. (2018). Os riscos de degeneração da democracia contemporânea-a atomização social e o discurso totalitário. *CONJECTURA: filosofia e educação*, *23*(SPE3), 366-385. https://doi.org/10.18226/21784612.v23.dossie.17

Cicognani, E., & Zani, B. (2014). Social and psychological factors influencing political and civic participation. *Political and civic engagement: Multidisciplinary perspectives*, 124-145.

Constituição da República Portuguesa, Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º155 (2005). (Obra original publicada em 1976)

Corrigall-Brown, C. (2012). *Patterns of protest: Trajectories of participation in social movements*. Stanford University Press.

Costa, P., Magalhães, P., Costa, E., Menezes, I., Silva, P., & Ferreira, P. (2022). A participação política da juventude em Portugal: Relatório síntese. *Fundação Calouste Gulbenkian*. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-Sintese-PT-final.pdf

David, I. (2018). Portuguese Democracy Under Austerity: Politics in Exceptional Times. In: Parker, O., Tsarouhas, D. (eds) *Crisis in the Eurozone Periphery. Building a Sustainable Political Economy: SPERI Research & Policy.* Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-69721-5_8

de la Sablonnière, R. (2017). Toward a psychology of social change: A typology of social change. *Frontiers in Psychology*, *8*, Article 397.

de la Sablonnière, R., & Taylor, D. M. (2020). A social change framework for addressing collective action: Introducing collective inertia. *Current Opinion in Psychology*, *35*, 65-70. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.03.006

Denzin, N. K. (2009). Strategies of multiple triangulation. In *The research act: A theoretical introduction to sociological methods* (pp. 297- 313). AldineTransaction.

Denzin, N. K., Lincoln, Y. S., Giardina, M. D., & Cannella, G. S. (2024). Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In N. K. Denzin, Y. S. Lincoln, M. D. Giardina, & G. S. Cannella (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (6th ed., pp. 1-27). SAGE Publications.

Durkheim, É. (1995). *The elementary forms of religious life* (K. E. Fields, Trans.). Free Press. (Original work published 1912)

Ekman, J., & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. Human affairs, 22(3), 283-300. https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1

Feldman, H. R. (2021). Motivators of participation and non-participation in youth environmental protests. *Frontiers in Political Science*, *3*, 662687. https://doi.org/10.3389/fpos.2021.662687

Fernandes-Jesus, M., Cicognagni, E., & Menezes, I. (2014). Participação cívica e política: jovens imigrantes brasileiros/as em Portugal. *Psicologia & Sociedade*, *26*(3), 572-582. https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300006

Fiedler, A. J., Tsang, A. Y. L., & Reichert, F. (2022). Why not? Explaining sympathizers' non-participation: The example of Hong Kong's 2019 social movement. *Sociology Compass*, *16*(8), e13007. https://doi.org/10.1111/soc4.13007

Gontijo, L.de A., & Bicalho, M. F. (2020). Rupturas da ordem neoliberal: crítica ao individualismo, à atomização política e à polarização identitária. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, *7*(3), 141-159. https://doi.org/10.21910/rbsd.v7i3.384

Hammersley, M., & Atkinson, P. (2019). *Ethnography: Principles in practice* (4th ed.). Routledge.

Hans, N., Rai, S., & Garg, G. (2024). Media Fatigue and Information Overload: How Social Media Influences Support for Offline Movements in Indian. *Global Media Journal-Indian Edition*, *16*(1).

Hawlina, H., Pedersen, O. C., & Zittoun, T. (2020). Imagination and social movements. *Current Opinion in Psychology*, *35*, 31-35. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.02.009

Hensby, A. (2020). Political non-participation in elections, civic life and social movements. *Sociology Compass*, *15*(1), e12843. https://doi.org/10.1111/soc4.12843

International IDEA. (2025). The global state of democracy 2025: Democracy on the move. International IDEA. https://doi.org/10.31752/idea.2025.53

Iphofen, R. (2021). *Research ethics in ethnography/anthropology*. European Commission, Directorate-General for Research and Innovation. https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/horizon/guidance/research-ethics-in-ethnography-anthropology_he_en.pdf

Jäger, A. (2026). *Hyperpolitics: Extreme politicization without political consequences*. Verso Books.

Jasper, J. M. (2011). Emotions and social movements: Twenty years of theory and research. *Annual review of sociology*, *37*(1), 285-303.

Kincheloe, J. L. (2001). Describing the bricolage: Conceptualizing a new rigor in qualitative research. *Qualitative Inquiry*, *7*(6), 679–692. https://doi.org/10.1177/107780040100700601

Klandermans, B. (1984). Mobilization and participation: Social-psychological expansisons of resource mobilization theory. *American sociological review*, 583-600. https://doi.org/10.2307/2095417

Klandermans, B., & Oegema, D. (1987). Potentials, networks, motivations, and barriers: Steps towards participation in social movements. *American sociological review*, 519-531. https://doi.org/10.2307/2095297

Klandermans, B., & Stekelenburg, J. V. (2014). Why people don't participate in collective action. *Journal of Civil Society*, *10*(4), 341-352. https://doi.org/10.1080/17448689.2014.984974

Lawrence, M., Homer-Dixon, T., Janzwood, S., Rockström, J., Renn, O., & Donges, J. F. (2024). Global polycrisis: the causal mechanisms of crisis entanglement. Global Sustainability, 7, e6. https://doi.org/10.1017/sus.2024.1

Lynggaard, J. B., & Boje, T. P. (2026). Civic engagement reimagined: The roles of citizenship, civicness, and civility. *Journal of Civil Society*, *22*(1), 1-18. https://doi.org/10.1080/17448689.2025.2508191

MacKenzie, M. K., & Moore, A. (2020). Democratic non-participation. *Polity*, *52*(3), 430-459. https://doi.org/10.1086/709495

Marx, K. (1946). *Miséria da filosofia: Resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon* (M. Macedo, Trad.). Editora Flama. (Obra original publicada em 1847)

Maxwell, J. A. (2008). Designing a qualitative study. In L. Bickman & D. J. Rog (Eds.), *The SAGE handbook of applied social research methods* (2nd ed., pp. 214-253). SAGE Publications. https://doi.org/10.4135/9781483348858.n7

McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1977). Resource mobilization and social movements: A partial theory. *American journal of sociology*, *82*(6), 1212-1241. https://doi.org/10.1086/226464

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public opinion quarterly*, *36*(2), 176-187 .https://doi.org/10.1086/267990

Menezes, I., Ribeiro, N., Fernandes-Jesus, M., Malafaia, C., & Ferreira, P. (2012). Agência e participação cívica e política: Jovens e imigrantes na construção da democracia. *Porto: Livpsic.*

Metag, J., & Gurr, G. (2023). Too much information? A longitudinal analysis of information overload and avoidance of referendum information prior to voting day. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, *100*(3), 646-667. https://doi.org/10.1177/10776990221127380

Norgaard, K. M. (2006a). "People want to protect themselves a little bit": Emotions, denial, and social movement nonparticipation. Sociological inquiry, *76*(3), 372-396. https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2006.00160

Norgaard, K. M. (2006b). "We don't really want to know" environmental justice and socially organized denial of global warming in Norway. *Organization & Environment*, *19*(3), 347-370. https://doi.org/10.1177/1086026606292571

Norgaard, K. M. (2011). Living in Denial: Climate Change, Emotions, and Everyday Life. The MIT Press. http://www.jstor.org/stable/j.ctt5hhfvf

Norris, P. (2002). Theories of Political Activism. In *Democratic Phoenix Reinventing Political Activism* (pp. 19-31). Cambridge University Press.

Novoa, A. (2015). Mobile ethnography: emergence, techniques and its importance to geography. *Human Geographies: Journal of Studies & Research in Human Geography*, *9*(1), 97. http://dx.doi.org/10.5719/hgeo.2015.91.7

Oegema, D., & Klandermans, B. (1994). Why social movement sympathizers don't participate: Erosion and nonconversion of support. *American Sociological Review*, 703-722. https://doi.org/10.2307/2096444

Parlamento Europeu. (2024, 14 de outubro*). Crise de habitação: causas da subida dos preços e medidas da UE a este respeito*. https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20241014STO24542/crise-de-habitacao-causas-da-subida-dos-precos-e-medidas-da-ue-a-este-respeito

Pizarro, J. J., Zumeta, L. N., Bouchat, P., Włodarczyk, A., Rimé, B., Basabe, N., ... & Páez, D. (2022). Emotional processes, collective behavior, and social movements: A meta-analytic

review of collective effervescence outcomes during collective gatherings and demonstrations. *Frontiers in Psychology*, *13*, Article 974683. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.974683

Pickering, D. (2022). Political activation and social movements: Addressing non-participation in Aotearoa New Zealand. *Sociology compass*, *17*(1), e13022. https://doi.org/10.1111/soc4.13022

Power, S. A. (2020). Why a Richer World Will Have More Civic Discontent: The Infinity Theory of Social Movements. *Review of General Psychology*, *24*(2), 118-133. https://doi.org/10.1177/1089268020907326

Representação em Portugal. (2024, 20 de dezembro). *Portugueses confiam na UE e consideram custo de vida o principal problema do país. Comissão Europeia*. https://portugal.representation.ec.europa.eu/atualidade-e-eventos/atualidade/portugueses-confiam-na-ue-e-consideram-custo-de-vida-o-principal-problema-do-pais-2024-12-20_pt

Ribeiro, N., Neves, T., & Menezes, I. (2016). Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses. *Análise Social*, 822-849. https://www.jstor.org/stable/44072000

Rosa, H. (2003). Social acceleration: ethical and political consequences of a desynchronized high–speed society. Constellations: An International Journal of Critical & Democratic Theory, 10(1), 3.

Santos, A. C. (s.d.). *Movimentos sociais.* Observatório sobre Crises e Alternativas, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&pag=7792&id_lingua=1

Shuman, E., Saguy, T., van Zomeren, M., & Halperin, E. (2021). Disrupting the system constructively: Testing the effectiveness of nonnormative nonviolent collective action. *Journal of Personality and Social Psychology*, *121*(4), 819–841. https://doi.org/10.1037/pspi0000333

Silva, J. P., Carvalheiro, R., Torres, E., Santos, C. J., & Ribeiro, A. I. (2025). Health impacts of direct displacement in a context of housing crisis and transnational gentrification: findings from Porto, Portugal. *Social Science & Medicine*, *384*, Article 118525. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2025.118525

Simon, H. (1971). Designing organizations for an information-rich world. In M. Greenberger (Ed.), *Computers, communications and the public interest* (pp. 37-72). Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

Sousa, J. C., & Morais, R. (2021). A mobilização cívica e política na era das redes sociais: uma análise da ação de movimentos sociais no Facebook. *Opinião Pública*, *27*(1), 51-89. https://doi.org/10.1590/1807-0191202127151

Stroebe, K., Postmes, T., & Roos, C. A. (2019). Where did inaction go? Toward a broader and more refined perspective on collective action. British *Journal of Social Psychology*, *58*(3), 649–667. https://doi.org/10.1111/bjso.12295

Stuart, A., Thomas, E. F., & Donaghue, N. (2018). "I don't really want to be associated with the self-righteous left extreme": Disincentives to participation in collective action. *Journal of Social and Political Psychology*, *6*(1), 242–270. https://doi.org/10.5964/JSPP.V6I1.567

Syarif, A. S. (2026). Does Non-Participation Equal Apathy? Re-Examining Non-Involvement In Collective Action Through A Systematic Literature Review (SLR). *Jurnal EMPATI*, *15*(02), 179-194. https://doi.org/10.14710/empati.2026.54889

Sztompka, P., 2004. The trauma of social change. In: J. Alexander, et al., eds. Cultural trauma and collective identity. Berkeley, CA: University of California Press, 155–195.

Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. *Pacific Grove*, 33-47.

Terpe, S. (2016). Negative hopes: social dynamics of isolating and passive forms of hope. *Sociological research online*, *21*(1), 188-196. https://doi.org/10.5153/sro.3799

Tong, A., Sainsbury, P., & Craig, J. (2007). Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. *International journal for quality in health care*, *19*(6), 349-357.

Tufekci, Z. (2013). "Not this one" social movements, the attention economy, and microcelebrity networked activism. *American behavioral scientist*, *57*(7), 848-870. https://doi.org/10.1177/00027642134793

Van Stekelenburg, J., & Klandermans, B. (2010). Individuals in movements: A social psychology of contention. In *Handbook of social movements across disciplines* (pp. 157-204). Boston, MA: Springer US.

van Stekelenburg, J., & Klandermans, B. (2013). The social psychology of protest. *Current Sociology, 61*(5-6), 886-905. https://doi.org/10.1177/0011392113479314

van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). Toward an integrative social identity model of collective action: a quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. Psychological bulletin, 134(4), 504–535. https://doi.org/10.1037/0033-2909.134.4.504

Vestergren, S., Drury, J., & Hammar Chiriac, E. (2019). How Participation in Collective Action Changes Relationships, Behaviours, and Beliefs: An Interview Study of the Role of Inter- and Intragroup Processes. *Journal of Social and Political Psychology, 7*(1), Article e5125. https://doi.org/10.5964/jspp.v7i1.903

Wright, S., Taylor, D., & Moghaddam, F. (1990). Responding to membership in a disadvantaged group: From acceptance to collective protest. *Journal of Personality and Social Psychology*, *58*(6), 994-1003. https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.6.994

Zerubavel, E. (2006). *The elephant in the room: Silence and denial in everyday life.* Oxford University Press.

Anexos

Anexo A: Guião para Entrevistas semiestruturadas de pessoas sem participação ativa

- Apresentação e explicação do consentimento informado
- Dados demográficos (Idade, habilitações literárias, emprego, etc)

Interesse e conhecimento sobre questões sociais e políticas

- De que forma a questão da habitação é uma preocupação que tem no seu dia a dia?
- Existem outros problemas sociais e políticos que o/a preocupam?
- Como se sente relativamente a esses problemas?
- No dia a dia acompanha notícias e debates sobre esses temas?
    - Se sim:
        - Onde as consome?
        - Como se sente enquanto consome notícias e informação sobre esses temas?

Perceção sobre as atuais instituições e sentimento de agência

- Considera que as suas preocupações são ouvidas e representadas por alguma organização do sistema político (seja partido, instituição, movimento social, entre outros)?
- Considera que é possível modificar as suas condições de vida através de algum órgão ou instituição do sistema político?
- Como é que imagina o futuro do país e do mundo? Que papel se vê a ter nesse cenário?

Sentimento de pertença e laços comunitários

- Já participou em alguma ação em prol da comunidade (e.g. ações de voluntariado, associações de moradores, entre outras)?
- Sente que pode contar com as pessoas da comunidade (e.g. vizinhos, conhecidos, outros cidadãos) caso tenha algum problema na sua vida que requere ajuda de outros para ser resolvido?

- Como descreve a sua relação com a comunidade à sua volta?

Histórico de envolvimento em movimentos sociais

- Conhece algum movimento social ligado à habitação? E ligado a outra questão social ou politica?
- Já se envolveu em alguma iniciativa e/ou movimento social?
    - Se sim:
        - Quais?
        - Como foi a experiência?
        - Quais foram as razões para já não participar?

Influência das redes de contacto

- Ao longo da sua vida, teve contacto com pessoas que participavam ativamente em ações coletivas e/ou em movimentos sociais?

Perceção sobre os movimentos sociais

- O que sente e pensa em relação aos movimentos sociais?
- Que papel considera que os movimentos sociais têm na sociedade? Considera que atualmente os movimentos sociais conseguem influenciar a política e as condições de vida da população?

Motivos para a não participação

- Quais são os motivos para não se envolver em ações coletivas e/ou movimentos sociais?
- Considera que o contexto social e político no qual está inserido está relacionado à decisão de não participar?
- Que outras formas de influenciar a política acha que seriam pertinentes e eficazes?

Fim

- Quer acrescentar mais alguma coisa?

Anexo B: Guião para Entrevistas semiestruturadas de organizador de movimento social

- Apresentação e explicação do consentimento informado.
- Dados demográficos (Idade, habilitações literárias, emprego, etc)

Estratégias usadas para aumentar a participação

- Poderia explicar um pouco da organização que faz parte e iniciativas que realizam?
- Quais estratégias são usadas pelo movimento social para motivar a adesão de simpatizantes?
- Considera que são eficazes?
- Quais são as reações das pessoas a essas estratégias?
- Nos últimos anos as manifestações pela habitação têm sido mais recorrentes. Consegue descrever como foi a adesão das manifestações do Porto nos últimos anos? Percecionou alguma diferença entre elas?

Perceção sobre os movimentos sociais

- O que sente e pensa em relação aos movimentos sociais?
- Que papel considera que os movimentos sociais têm na sociedade?
- Considera que atualmente os movimentos sociais conseguem influenciar a política e as condições de vida da população?

Perceção sobre a não participação

- Da sua experiência, quais são os principais motivos que as pessoas mencionam para não participarem em ações do movimento social, mesmo quando concordam com a causa?
- Além desses, quais considera serem os principais fatores que levam as pessoas a não participar em movimentos sociais ou em ações coletivas?
- De que forma considera que o contexto socio-político que vivemos atualmente influencia a decisão de participar ou não numa ação coletiva?

- Qual o papel dos media (e.g. notícias, redes sociais, entre outros) nessa decisão?

Histórico de envolvimento em movimentos sociais

- Há quanto tempo se envolve com este movimento social e quais principais funções e tarefas?
- Já se tinha envolvido em movimentos sociais antes?
- Quais consideram ter sido os principais fatores que fizeram com que tomasse a decisão de participar?

Interesse e conhecimento sobre questões sociais e políticas

- De que forma a questão da habitação é uma preocupação que tem no seu dia a dia?
- Existem outros problemas sociais e políticos que o/a preocupam? (Se sim) Envolve-se em movimentos ou ações relacionadas com essas causas?
- No dia a dia, acompanha notícias e debates sobre esses temas?
- O que sente quando vê essas notícias?

Influência das redes de contacto

- Considera que alguém do seu núcleo social e de contactos (amigos, família, etc) teve influência na decisão de participar?

Sentimento de pertença e laços comunitários

- Anteriormente, já participou em alguma ação em prol da comunidade (e.g. ações de voluntariado, associações de moradores, associações de estudantes entre outras)?
- Sente que pode contar com as pessoas da comunidade (e.g. vizinhos, conhecidos, outros cidadãos) caso tenha algum problema na sua vida que requere ajuda coletiva para ser resolvido?

Perceção sobre as atuais instituições e sentimento de agência

- Considera que as suas preocupações e das pessoas em geral são ouvidas e representadas por alguma organização do sistema político (seja partido, instituição, entre outros)?
- Considera que é possível modificar as condições de vida, mais concretamente da habitação através de algum órgão ou instituição do sistema político?

- Como é que imagina o futuro do país quanto à habitação? Que papel se vê a ter nesse cenário?

Fim

- Quer acrescentar mais alguma coisa?

Anexo C: Guião para Entrevistas semiestruturadas do informante privilegiado

- Apresentação e explicação do consentimento informado.
- Dados demográficos (Idade, emprego, etc)

Organização coletiva e o trabalho social

- Poderia explicar um pouco do seu trabalho e como a questão da habitação o impacta?
- Já abordou publicamente o tema da militância no seu trabalho como assistente social. Qual a importância da organização coletiva em ações, associações ou movimentos sociais para o trabalho social? E qual seria a importância do envolvimento dos seus utentes neste tipo de organizações?

Perceção sobre as atuais instituições e sentimento de agência

- Considera que as preocupações das pessoas em geral são ouvidas e representadas por alguma organização do sistema político (seja partido, instituição, entre outros)?
- Considera que é possível modificar as condições de vida, mais concretamente da habitação através de algum órgão ou instituição do sistema político?

Perceção sobre os movimentos sociais

- Que papel considera que os movimentos sociais têm na sociedade? E considera que atualmente os movimentos sociais conseguem influenciar a política e as condições de vida da população?

Perceção sobre a não participação

- Quais são os principais motivos que os seus utentes mencionam para não participarem em organizações coletivas?
- Além desses, quais considera serem os principais fatores que levam as pessoas a não participar em movimentos sociais ou em ações coletivas?

- De que forma considera que o contexto socio-político que vivemos atualmente influencia a decisão de participar ou não numa ação coletiva?

Perceção sobre as atuais instituições e sentimento de agência

- Considera que as suas preocupações e das pessoas em geral são ouvidas e representadas por alguma organização do sistema político (seja partido, instituição, entre outros)?
- Considera que é possível modificar as condições de vida, mais concretamente da habitação através de algum órgão ou instituição do sistema político?

Fim

- Quer acrescentar mais alguma coisa?

A entrevista ao profissional da área social (P5) teve um segundo momento, onde foram realizadas as seguintes perguntas:

- Nem todos os profissionais da área social se envolvem ou apelam à organização coletiva. Quais motivos contribuem para estes profissionais dissociarem o seu trabalho da militância?
- No documento refere que a habitação está a afetar uma classe média mais escolarizada e politizada e que isso representava um perigo para o governo na altura. Ainda mantém a mesma opinião? Considera que ao haver informação e politização há uma mobilização para organização coletiva?
- Este documento foi feito antes da manifestação de 1 de abril de 2023, como descreve as mobilizações e manifestações que têm ocorrido em relação à habitação nos últimos anos?

Anexo D: Guião de entrevistas semiestruturadas dos membros de associações de moradores/inquilinos

- Apresentação e explicação do consentimento informado.

<u>História e atuação da associação</u>

- Poderia explicar um pouco da história da associação e das atividades realizadas?
- Qual a importância da sua existência e atividades e principais desafios?
- Existe alguma estratégia para divulgar e apelar à participação nas atividades da associação?
- A atual crise da habitação e o aumento dos preços tiveram algum impacto na associação?

<u>Adesão a atividades</u>

- Durante os anos em que está à frente da associação, tem observado alguma diferença no envolvimento das pessoas com a associação?

<u>Vida comunitária</u>

- Quais são as principais mudanças que tem sentido na vida comunitária?

<u>Perceção sobre movimentos sociais, ações coletivas, etc</u>

- Que papel considera que associações, movimentos sociais e ações coletivas têm na sociedade? Considera que têm influência na política e na vida das pessoas?

<u>Perceção sobre instituições políticas</u>

- Considera que as preocupações das pessoas em geral são ouvidas e representadas por alguma organização ou instituição no sistema político?

<u>Perceção sobre a não participação</u>

- Quais considera serem os principais fatores que levam as pessoas a não participarem nas associações, movimentos sociais etc.?

<u>Fim</u>

- Quer acrescentar alguma coisa?

Anexo E: Guião de observação direta e participante

Dia:

Local:

Atividade:

Tempo:

- Que movimentos estão presentes?
- Há muita adesão? (Descrição e/ou registo fotográfico)
- Que meios de divulgação foram utilizados?
- As pessoas ao redor souberam que aquele evento/ação ia decorrer?
- As pessoas ao redor mostram ser simpatizantes da causa (sinais verbais e não verbais)?
- As pessoas têm informação sobre o movimento/sindicato e a causa o que defendem?
- Como é que as pessoas se sentem em relação ao evento/ação?
- Que razões são apresentadas/demonstradas para não participarem?
- São demonstrados sinais de desacreditação, apatia ou irrelevância ?

Anexo F: Declaração de Consentimento Informado

No âmbito da realização de uma Dissertação de Mestrado por Micaela Raquel Gonçalves Maia, estudante do Mestrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto orientada pela Professora Doutora Marta Pinto é solicitada a sua colaboração numa investigação sobre a perceção sobre participação em movimentos sociais. Além disso, serão pedidos alguns dados sociodemográficos.

São convidados a participar apenas pessoas com idade igual ou superior a 18 anos e que sejam simpatizantes ou membros de movimentos sociais.

As informações que forem fornecidas serão anónimas e destinam-se exclusivamente aos objetivos do presente estudo. É garantida a confidencialidade e o anonimato dos dados, prevendo-se, contudo, que possam ser usados excertos das entrevistas na dissertação final, que não terão qualquer elemento de identificação. Além disso, serão gravadas o áudio das entrevistas, para a sua posterior transcrição. No final da análise de dados, tanto a gravação como a transcrição serão destruídas. Assim, a estudante Micaela Raquel Gonçalves Maia e a Professora Doutora Marta Pinto serão as únicas pessoas com acesso à informação recolhida e responsáveis pelo tratamento e proteção. Será garantida a privacidade e a proteção dos dados pessoais e respeitada as normas e orientações nacionais e europeias aplicáveis ao seu tratamento e armazenamento.

A participação é voluntária e a qualquer altura pode ser interrompida a colaboração, sem qualquer consequência para si. Não são identificados riscos acrescidos associados à sua participação neste estudo. A divulgação dos resultados será realizada através de um resumo das principais conclusões para participantes e público em geral.

A estudante:_____

Declaro ter lido e compreendido este documento. Foi-me garantida a possibilidade de em qualquer momento recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequência. Desta forma, aceito participar no estudo e permito a utilização dos dados fornecidos de forma voluntária, confiando que serão utilizados apenas para esta investigação e nas garantias de anonimato que me são dados pela investigadora.

Nome: _____

Data: _/___/_____

Assinatura: _____

Muito obrigada pela colaboração!

e necessitar de algum esclarecimento sobre o estudo contactar a estudante responsável: Micaela Raquel Gonçalves Maia, através do endereço de e-mail: up202106046@edu.fpce.up.pt

Tabela 1. *Descrição das pessoas entrevistadas*

Participante	**Idade**	**Género**	**Emprego**	**Habilitações Literárias**	**Perfil de participação**	**Data da entrevista**	**Formato da Entrevista**
P1	32	feminino	Técnica de apoio jurídico	Ensino Superior	Organizador de um movimento social	02 de julho de 2026	*Online*
P2	34	feminino	Estudante de doutoramento	Ensino Superior	Organizador de um movimento social	14 de julho de 2026	*Online*
P3	25	feminino	Farmacêutica	Ensino Superior	Pessoa sem participação ativa	16 de julho de 2026	*Online*
P4	30	feminino	Produtora cultural	Ensino Superior	Organizador de um movimento social	13 e 17 de julho de 2026	*Online*
P5	61	masculino	Assistente social	Ensino Superior	Profissional da área social	21 e 29 de julho de 2026	Presencial
P6	74	feminino	Reformada	Não Questionado	Membro de uma associação de moradores	25 de julho de 2026	Presencial
P7	37	feminino	Técnica psicossocial	Ensino Superior	Pessoa sem participação ativa	26 de julho de 2026	*Online*
P8	31	masculino	Informático	Ensino Superior	Pessoa sem participação ativa	26 de julho de 2026	*Online*
P9	23	feminino	Estudante de Mestrado	Ensino Superior	Pessoa sem participação ativa	30 de julho de 2026	*Online*
P10	–	masculino	Reformado	Não Questionado	Membro de uma associação de inquilinos	31 de julho de 2026	Presencial
P11	67	masculino	Reformado	Não Questionado	Membro de uma associação de moradores	05 de agosto de 2026	Presencial

P12	–	masculino	Reformado	Não Questionado	Membro de uma associação de moradores	05 de agosto de 2026	Presencial
P13	–	masculino	Reformado	Não Questionado	Membro de uma associação de moradores	05 de agosto de 2026	Presencial

Tabela 2. *Temas e subtemas da análise temática*

Tema	Subtema	Excerto
O Mosaico da Participação: pertença, afetos e crenças no perfil participativo	Pertença e laços afetivos	"motivação que eu tenho é apaixonei-me por isso" (P11, membro associação de moradores)
	Identidade e categorização social	"medo de ser categorizado na sociedade" (P3, pessoa sem participação ativa)
	Perceção de eficácia	"vale a pena lutar" (P5, profissional da área social)
Anatomia da organização coletiva: adesão, relevância e crítica às estruturas de participação	Avaliação da adesão a ações coletivas	"vê muita juventude a participar mulheres e jovens a participar nas associações" (P10, membro associação de inquilinos)
	Importância atribuída às estruturas de participação	"Eu acho que tem um papel bastante importante e até fundamental, e que consegue influenciar a política." (P9, pessoa sem participação ativa)
	Críticas realizadas ao funcionamento das estruturas de participação	"Eu afastei-me um bocadinho da política (…) a política neste momento no nosso país está um bocadinho gerida como as claques de futebol." (P8, pessoa sem participação ativa)
Entre a comunidade e o ecrã: a decisão de participar dentro do contexto social	Comunidade e vida quotidiana	"a questão do alojamento não é só a casa em si, é também toda a sua envolvência." (P5, profissional da área social); "falta de tempo" (P3, pessoa sem participação ativa)
	Fragmentação social e Individualismo	"numa sociedade mais individualista as pessoas têm esta tendência para olhar para os problemas de uma forma individual" (P1, organizadora de movimentos sociais)
	Media: mais acesso e menos ação	"ilusão de que isso é fazer política e de que é fazer ativismo, estar no fazer um *post* no *Facebook*," (P2, organizadora de movimentos sociais); o lado positivo que é o grande campo aí de conhecimento que a internet promove" (P7, pessoa sem participação ativa)

Tabela 3. *Indicadores de saliência mediática por manifestação*

Dia da manifestação	Nº de resultados de notícias *online*	Jornal televisivo	Tempo total jornais televisivos	Tempo de antena jornais televisivos	Encadeamento
1 de abril 2023	13	RTP	54min 25s	0min17s - 20min00s	Depois: Saúde
		TVI	1h 20s	3min34s - 16m00s	Depois: Guerra e depois a TAP.
30 de setembro de 2023	12	RTP	53min 54s	0min15s - 10min50s	Depois: Falta de médicos e urgências.
		TVI	1h 19 min	0min10s - 11min00s. Notícia sobre crise da habitação até 18 min.	Depois: Saúde.
27 de janeiro de 2024	8	RTP	57min 28s	0min15s - 3min00s	Depois: Crise política da Madeira.
		TVI	1h 11min	0min8s- 7min00s	Depois: Crise política da Madeira.
28 de setembro de 2024	9	RTP	54 min 13s	22min27s - 25min10s. Notícia sobre descida da prestação da habitação até 26min50s.	Antes: Orçamento de Estado. Depois: IRS Jovem.
		TVI	1h 27min	21min40s - 24min30s. Notícia sobre crise da habitação até 31min00s.	Antes: Tensão no Médio Oriente Depois: Orçamento de Estado.
28 e 29 de junho de 2025	8	RTP 28/06	53 min 16s	12min 55s - 16min30s. Notícia sobre crise da habitação até 19min19s.	Antes: PCC em Portugal Depois: Operação Policial na Cova da Moura
		TVI 28/06	58min 52s	9min45s - 12min20s	Antes: Onda de calor. Depois: Controlo da imigração.
		RTP 29/06	1h 13s	17min - 19min55s	Antes: Grávidas e urgências. Depois: Irão.
		TVI 29/06	1h 01s	10min30s- 12min 27s	Antes: Incêndios Depois: Caos nas urgências.

21 de março de 2026	22	RTP	54min 29s	19min 55s - 22min 50s	Antes: Papa Depois: Demolição no bairro de Talude até 26m00s.
		TVI	1h 01s	17m30s - 20m25s. Notícia sobre crise da habitação até 22m00s	Antes: Preço dos combustíveis na Pesca Depois: Nomeação do Chega para Tribunal Constitucional